RELATÓRIO INTERCALAR DO PLANO DE PREVENÇÃO DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

(Art. 6.º n.º 4 a) e 10.º do RGPC – Dec.Lei n.º 109-E/2021, 09.12)

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA

2026

ÍNDICE

1. **Enquadramento**
2. **Metodologia**
3. **Avaliação do PPR por Unidade Orgânica**
4. **Avaliação global**
5. **Conclusão**

1. Enquadramento

O Relatório de Avaliação Intercalar do Plano de Prevenção do Risco (PPR) da Câmara Municipal de Palmela, relativo ao ano de 2026, é apresentado três anos depois da entrada em vigor do atual PPR, antecedendo a revisão do documento igualmente prevista para este ano.

A legislação, hoje em vigor, reflete um entendimento no combate à corrupção que assenta na prevenção, em detrimento de um regime meramente sancionatório, como sucedeu ao longo de décadas. O programa normativo aplicável às entidades publicas e privadas, com mais de 50 trabalhadores, é supervisionado pelo MENAC – Mecanismo Nacional Anticorrupção, uma entidade à qual cabe implementar o Programa "*Corrupção: Prevenir é Melhor que Tratar*", universalizar o acesso aos temas da ética, da integridade e da transparência por crianças e jovens, reforçar as competências das entidades obrigadas na promoção da integridade e na prevenção da corrupção, nos diferentes setores, agilizar o sancionamento das entidades incumpridoras, assegurar uma supervisão eficaz, proporcional e orientada para o risco, potenciar a capacitação e independência, de forma sustentável, para o cumprimento da missão, e estabelecer parcerias nacionais e internacionais.

O Regime Geral de Prevenção da Corrupção obriga as entidades, publicas e privadas, a enviar ao MENAC relatórios anuais e intercalares que avaliem a implementação dos PPR, nomeadamente as áreas de risco, a graduação do risco e as medidas preventivas, aferindo da sua implementação e adequação.

Como é definido no diploma aplicável, o Relatório Intercalar incide, apenas, sobre as áreas de risco graduadas com risco elevado (4) ou muito elevado (5), não se registando qualquer atividade com área de risco graduada com 5 no caso da Câmara Municipal de Palmela, e que passamos a analisar.

2. Metodologia

A metodologia adotada para a avaliação intercalar do PPR da Câmara Municipal de Palmela consistiu na realização de inquéritos presenciais com os responsáveis e dirigentes das unidades orgânicas identificadas no Anexo III do PPR, com graduação de risco elevado (4), não existindo qualquer atividade graduada com risco 5.

Esta avaliação foi realizada em simultâneo com a primeira revisão do PPR, pelo que se introduziu uma coluna para observação, destinada a identificar as áreas de risco a alterar na revisão.

A avaliação resulta de um conjunto de questões abertas para aferir (i) sobre a implementação das medidas preventivas, no caso específico das áreas de risco graduadas com risco elevado (4) ou muito elevado (5), (ii) dificuldades na sua implementação, (iii) análise das áreas de risco e (iv) da eventual necessidade de adoção de novas medidas, alteração da graduação do risco, (v) identificação de outras áreas de atividade com alteração da graduação do risco, e indicação de procedimentos que possam representar risco na estrutura organizacional.

Os inquéritos, realizados durante os meses de junho e agosto de 2026, abrangem a avaliação das áreas de atividade identificadas desde a entrada em vigor do PPR.

3. Avaliação intercalar por Unidade Orgânica

A análise realizada em cada unidade orgânica incidiu, como dissemos, sobre as medidas preventivas e corretivas indicadas nas áreas de atividade com risco elevado (4) ou muito elevado (5) previstas no PPR, e permitem identificar, segundo critérios metodológicos que procuram ser os mais objetivos possível, o resultado da sua execução.

Para analisar cada área de risco, é imperioso relacionar o indicador *probabilidade de ocorrência do risco* com o indicador de gravidade/impacto previsível da ocorrência do risco, com base na matriz apresentada no PPR.

A graduação da implementação das medidas previstas no PPR corresponde à apreciação da sua aplicação, apresentando-se da seguinte forma:

Não aplicada (1) - medidas cuja aplicação ainda não foi concretizada, ainda que esteja em preparação;

Em execução (2) - medidas que estão a ser aplicadas;

Aplicada (3) – medidas que estão a ser aplicadas de forma autónoma e plena pela unidade orgânica, com eliminação do risco.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

Dirigente: Paulo Pacheco

Unidades Orgânicas Integradas:

- Divisão de Finanças e Aprovisionamento
- Divisão de Recursos Humanos
- Divisão de Atendimento e Administração Geral
- Gabinete de Planeamento e Controlo Financeiro

Missão: Gerir e otimizar os recursos humanos, financeiros e patrimoniais, bem como assegurar o atendimento integrado dos/as munícipes.

UO	Atividade	Área de Risco	Graduação do Risco			Medidas de Prevenção	Grau de Implementação das Medidas	Apreciação da medida	Obs.
			Probabilidade de ocorrência	Gravidade da consequência	Graduação do risco				
DAFRH	Contratação Pública	Não aplicação de sanções contratuais	2	3	4	Previsão em peças procedimentais e aplicação de sanções em caso de desconformidade e violação de prazos, mediante intervenção de gestor/a de procedimento	2	Em execução, reconhecendo-se margem de progressão para uma maior taxa de aplicação de sanções. A aplicação de sanções é sempre proposta, pelo gestor do contrato	Manter graduação do risco na revisão do PPR

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

Dirigente: João Faim

Unidades Orgânicas Integradas:

- Divisão de Águas
- Divisão de Serviços Urbanos
- Divisão de Infraestruturas Viárias e Espaço Público
- Gabinete de Ambiente e Eficiência Energética

Missão: Promover o equilíbrio ecológico nos seus domínios de atividade, a sustentabilidade ambiental, garantir a qualidade do espaço público, o planeamento, qualificação e gestão eficiente de infraestruturas e a prestação de serviços urbanos que contribuam para a qualidade de vida local

UO	Atividade	Área de Risco	Graduação do Risco			Medidas de Prevenção	Grau de Implementação das Medidas	Apreciação da medida	Obs.
			Probabilidade de ocorrência	Gravidade da consequência	Graduação do risco				
DASU	Projetos e empreitadas	Deficiente avaliação do desempenho das/os empreiteiras/os	2	3	4	Relatório final da obra com indicação dos problemas surgidos na execução	3	Têm sido elaborados relatórios finais de obra com a avaliação da execução, constando a identificação dos problemas ocorridos durante a execução.	Alterar graduação do risco na revisão do PPR com redução da probabilidade de ocorrência
		Não aplicação de sanções	2	3	4	Previsão em peças procedimentais e aplicação de sanções em caso de desconformidade e violação de prazos, mediante intervenção de gestor do procedimento	3	Os procedimentos concursais têm sido elaborados com a previsão das sanções e estão a aplicar as penalizações, notificando os empreiteiros/as sempre que detetam incumprimentos.	Manter graduação do risco na revisão do PPR
		Contratação de trabalhos complementares	2	3	4	Reforço da fundamentação técnica das informações a submeter a decisão	3	Estão a aplicar a medida preventiva	Alterar graduação do risco na revisão do PPR com redução da probabilidade de ocorrência
						Reforçar o rigor na elaboração e revisão de projetos e peças dos procedimentos pré contratuais, para redução da necessidade de		Existe alguma dificuldade em concretizar esta medida por questões que se prendem com a gestão do tempo necessário para uma ponderação mais equilibrada.	

UO	Atividade	Área de Risco	Graduação do Risco			Medidas de Prevenção	Grau de Implementação das Medidas	Apreciação da medida	Obs.
			Probabilidade de ocorrência	Gravidade da consequência	Graduação do risco				
						trabalhos complementares			
		Deficiente avaliação da qualidade dos materiais aplicados	2	3	4	Exigência de materiais certificados ou, caso não existam, recurso à observação de empreitadas de natureza e escalas similares	2	Medida implementada através da indicação nos projetos da exigência de utilização de materiais certificados.	Manter graduação do risco na revisão do PPR
		Menor objetividade dos critérios utilizados nos processos de consulta a empresas	2	3	4	Pedido de orçamento / consulta a, no mínimo, três empresas / fornecedoras/es, de grupos distintos, salvo manifesta impossibilidade	3	Implementada	Alterar a graduação do risco desta área de risco para 3 na revisão do PPR
						Definição de critérios objetivos de análise de propostas no caderno de encargos		Implementada	
						Base de dados com informação relevante sobre empresas contratadas nas empreitadas anteriores (v.g. trabalhos a mais, acionamento de garantia, informação sobre boa ou má execução, resposta da empresa no período pós-garantia)		Implementada base de dados comuns dos ajustes diretos.	
						Proceder à análise das peças concursais por mais do que um/a funcionário/a (um/a dos/as quais, pelo menos, sem intervenção na fase de elaboração das peças)		Implementada	
	Venda de bens e serviços	Atraso no envio de certidões de dívida não pagas para execução fiscal	2	3	4	Evolução para automatização do envio de certidão de dívida para execução fiscal	3	Aplicada, processo está automatizado	Alterar a graduação do risco desta área de risco para 3 na revisão do PPR

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Dirigente: Vasco Raminhas da Silva

Unidades Orgânicas Integradas:

- Divisão de Atividades Económicas, Edificação e Reabilitação Urbana
- Divisão de Planeamento, Urbanização e Reconversão
- Gabinete de Instrução e Pré-Análise

Missão: Promover e assegurar o planeamento e a gestão urbanística do concelho, de forma a garantir o correto ordenamento do território, promovendo o desenvolvimento económico e social, e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações

UO	Atividade	Área de Risco	Graduação do Risco			Medidas de Prevenção	Grau de Implementação das Medidas	Apreciação da medida	Sugestão/ Recomendação
			Probabilidade de ocorrência	Gravidade da consequência	Graduação do risco				
DAU	Gestão de Recursos Humanos	Acumulação indevida de funções das/os técnicas/os e dirigentes	2	3	4	Requerimento anual deve ser acompanhado de declaração com identificação das entidades a quem a/o técnico vai prestar serviço no setor privado	3	Medida implementada, contudo, o risco é permanente, dado que existem técnicos superiores e assistentes técnicos com acumulação de funções identificadas.	Manter graduação do risco na revisão do PPR

DEPARTAMENTO DE OBRAS, LOGISTICA E MANUTENÇÃO

Dirigente: Teresa Palaio

Unidades Orgânicas Integradas:

- Divisão de Estudos, Projetos e Obras Públicas
- Divisão de Apoio à Produção e Logística
- Divisão de Edifícios Municipais

Missão: Promover obras públicas, realizar estudos e projetos e garantir apoio técnico e logístico à atividade municipal, bem como assegurar o reforço da eficiência, a manutenção e qualificação de edifícios, viaturas e equipamentos de uso geral.

UO	Atividade	Área de Risco	Graduação do Risco			Medidas de Prevenção	Grau de Implementação das Medidas	Apreciação da medida	Sugestão/ Recomendação
			Probabilidade de ocorrência	Gravidade da consequência	Graduação do risco				
DOLM		Fiscalização deficiente das obras	2	3	4	Procurar reforçar o número de equipas de fiscalização para garantir maior acompanhamento / fiscalização em obra sobre o cumprimento dos pressupostos do caderno de encargos (ficha de empreitada)	2	UO integra mais um fiscal e um técnico, situação que resultou numa melhoria no acompanhamento e fiscalização de obras.	Manter graduação do risco na revisão do PPR
	Contratação Pública (empreitadas, bens e serviços), incluindo fase de execução do contrato	Excesso de contratação de trabalhos complementares	2	3	4	Reforçar o rigor na elaboração e revisão de projetos de peças dos procedimentos pré contratuais, para redução da necessidade de trabalhos complementares	3	Implementada	Alterar a graduação do risco desta área de risco para 3 na revisão do PPR
						Reforço da fundamentação técnica das informações a submeter a decisão		Implementada	
		Deficiente avaliação do desempenho das/os empreiteiras/os	2	3	4	Relatório final da obra com indicação dos problemas surgidos na sua execução	1	UO depara-se com falta de RH para a elaboração sistemática dos relatórios finais de obra, mas sempre que registam problemas notificam o empreiteiro e comunicam ao executivo	Manter graduação do risco na revisão do PPR
		Não aplicação de sanções	2	3	4	Previsão em peças procedimentais e aplicação de sanções em caso de	3	Medida em execução, com registo de aplicação de multas previstas no caderno de	Manter graduação do

UO	Atividade	Área de Risco	Graduação do Risco			Medidas de Prevenção	Grau de Implementação das Medidas	Apreciação da medida	Sugestão/ Recomendação
			Probabilidade de ocorrência	Gravidade da consequência	Graduação do risco				
						desconformidades e violação de prazos, mediante intervenção de gestor/a de procedimento		encargos sempre que ocorrem desconformidades	risco na revisão do PPR
DEPOP	Projetos e Empreitadas	Tratamento deficiente das estimativas de custo	2	3	4	Planeamento eficiente dos procedimentos com especial atenção ao caderno de encargos e custos	2	Medida implementada de acordo com as possibilidades da UO, e as circunstâncias do mercado (inflação)	Manter graduação do risco na revisão do PPR
		Deficiente avaliação do desempenho das/os empreiteiras/os	2	3	4	Relatório final da obra com indicação dos problemas surgidos na sua execução	3	Implementada, identificando-se a necessidade de uma descrição mais detalhada dos problemas verificados em obra e, consequente, avaliação da/do empreiteira/o	

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E TURISMO

Dirigente: Lígia Carvalho

Unidades Orgânicas Integradas:

Sem unidades integradas

Missão: Valorizar os ativos económicos locais, numa perspetiva integrada e inovadora, estimulando a oferta de produtos turísticos diferenciados e contribuindo para a criação de emprego qualificado e para a capacitação do território.

UO	Atividade	Área de Risco	Graduação do Risco			Medidas de Prevenção	Grau de Implementação das Medidas	Apreciação da medida	Recomendação
			Probabilidade de ocorrência	Gravidade da consequência	Graduação do risco				
Transversal à UO	Posto de Turismo – venda de bens por concessão	Vendas de bens por concessão (artesãs/ãos locais) sem documento escrito que defina as regras e vincule as partes	2	3	4	Criação de um normativo/procedimento dedicado ao acesso à venda de bens no Posto de Turismo ou outros espaços municipais Criação de protocolo-tipo para a concessão	2	UO continua a aguardar parecer da DFA, sobre conformidade com o Regulamento de Taxas e Tarifas.	Manter graduação do risco na revisão do PPR
Secção Administrativa de Mercados	Metrologia	Inexistência de documento de controlo	2	3	4	Procura no mercado de aplicação que garanta o controlo do serviço através da emissão de fatura-recibo Registo de todos os pagamentos mediantes comprovativo de entrega em duplicado (CMP – utente)	3	Medidas implementadas.	Alterar área de risco na revisão do PPR, para "Verificação da existência de documento de controlo", e eliminar a primeira MP, mantendo a segunda.

DIVISÃO JURÍDICA E DE FISCALIZAÇÃO

Dirigente: Isabel Borrego

Unidades Orgânicas Integradas:

- Gabinete Jurídico
- Gabinete de Fiscalização

Missão: Promover e verificar o cumprimento da legalidade administrativa no âmbito das competências e atribuições da autarquia e apoiar juridicamente os serviços municipais no desempenho das suas competências.

UO	Atividade	Área de Risco	Graduação do Risco			Medidas de Prevenção	Grau de Implementação das Medidas	Apreciação da medida	Recomendação
			Probabilidade de ocorrência	Gravidade da consequência	Graduação do risco				
Gabinete de Fiscalização	Ação Fiscalizadora	Tentativas de influenciar as ações de fiscais	2	3	4	Evitar que ações de fiscalização se realizem apenas com a intervenção de um/a único/a fiscal Agilização dos procedimentos com entrega dos relatórios das ações de fiscalização em prazo útil	2	Foi realizado procedimento concursal e registou-se a entrada de um fiscal, mas a UO continua a indicar a necessidade de mais trabalhadores para este gabinete	Manter área de risco na revisão do PPR com alteração das duas medidas preventivas

DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Dirigente: Ana Paula Ruas

Unidades Orgânicas Integradas:

- Gabinete de Tecnologias de Informação

Missão: Promover o uso eficiente das tecnologias de informação, e assegurar a modernização e qualificação dos serviços municipais

UO	Atividade	Área de Risco	Graduação do Risco			Medidas de Prevenção	Grau de Implementação das Medidas	Apreciação da medida	Recomendação
			Probabilidade de ocorrência	Gravidade da consequência	Graduação do risco				
DOSI	Proteção de Dados	Eventuais acessos a matérias sensíveis por parte das/os técnicas/os informáticas/os / administradoras/es	2	3	4	Criar mecanismos de controlo nos acessos realizados	3	Em execução, através do rastreio das tentativas de acesso indevidos, mas ainda não estão a ser produzidos os relatórios.	Manter graduação do risco na revisão do PPR

GABINETE DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

Dirigente: Nuno Moita

Unidades Orgânicas Integradas:

Sem UO integradas

Missão: Promover processos de planeamento estratégico indutores do desenvolvimento sustentável do concelho

UO	Atividade	Área de Risco	Graduação do Risco			Medidas de Prevenção	Grau de Implementação das Medidas	Apreciação da medida	Recomendação
			Probabilidade de ocorrência	Gravidade da consequência	Graduação do risco				
GPE	Revisão do Plano Diretor Municipal	Favorecimento de proprietárias/os de terrenos e de outras entidades na revisão do PDM, em termos de edificabilidade e classificação de solos	2	3	4	Adoção de práticas de transparência e da participação pública no processo de planeamento, através, nomeadamente, do registo escrito de atendimentos e outros contactos com o exterior	3	A medida preventiva foi aplicada, nomeadamente no período de consulta pública, entre julho e setembro de 2024. Revisão do PDM foi aprovada pela Assembleia Municipal, pelo que a área de risco deixa de fazer sentido.	Eliminar área de risco na revisão do PPR

GABINETE DE RECUPERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

Dirigente: Hélder Cortez

Unidades Orgânicas Integradas: Sem UO integradas

Missão: Promover uma estratégia global e integrada para a requalificação do centro histórico de Palmela

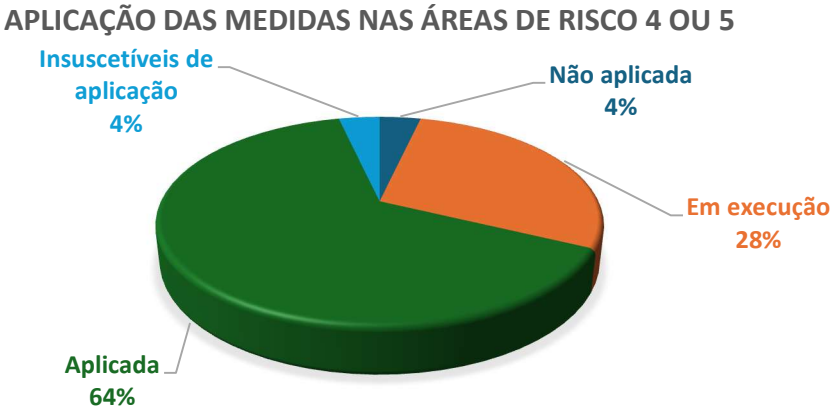
UO	Atividade	Área de Risco	Graduação do Risco			Medidas de Prevenção	Grau de Implementação das Medidas	Apreciação da medida	Recomendação
			Probabilidade de ocorrência	Gravidade da consequência	Graduação do risco				
GRCH	Gestão de Recursos Humanos	Acumulação de funções privadas por parte de técnicas/os e dirigentes intervenientes nos procedimentos de autorização e licenciamento de operações urbanísticas	2	3	4	Autorização anual de acumulações de funções públicas e privadas, deve ser acompanhada da declaração das entidades a quem a/o técnica/o vai prestar serviço privado	-	Medida não está a ser aplicada por não existir nenhum trabalhador da UO em acumulação de funções.	Manter graduação do risco na revisão do PPR

4. Avaliação Global

A avaliação intercalar realizada à aplicação do PPR da Câmara Municipal de Palmela incide sobre todas as áreas de risco com a graduação 4, inexistindo qualquer área com a graduação de risco classificada em 5, num total de 20 áreas de risco.

Dentro das áreas de risco em análise verifica-se a maioria das medidas preventivas está a ser implementada/executada ou em execução, num total de 93%, e 4% não foram executadas, ou encontram-se em preparação. Estes dados permitem-nos concluir que, comparativamente a 2024 e 2025, a aplicação das medidas preventivas tem vindo a ser gradualmente aplicada (79% em 2024, 86% em 2025).

Tal como sucedeu no relatório anterior, as medidas que são insuscetíveis de aplicação dizem respeito a áreas em que não há ocorrência de situações de risco que pudessem convocar a adoção das ações preventivas previstas no PPR, o que sucede em 4% dos casos.



Das 28 medidas preventivas associadas a áreas de risco considerado elevado (4 e 5), propõe-se que 10 sejam graduadas com um risco inferior, nomeadamente oito medidas preventivas no DASU e duas no DOLM.

Na DDET, propõe-se a alteração da área de risco para "*Verificação da existência de documento de controlo*" e a eliminação da medida preventiva "*Procura no mercado de aplicação que garanta o controlo do serviço através da emissão de fatura-recibo*".

No GEP, propõe-se a eliminação da única área de risco graduada com risco 4 na revisão do PPR.

5. Conclusão e recomendações

Como sucedeu com o relatório anual de aplicação do PPR, confirma-se a tendência crescente na aplicação das medidas preventivas previstas para as diversas áreas de risco, com eliminação de uma área e a redução da graduação do risco, que se contemplará na revisão do PPR.

No seguimento da análise feita no relatório anterior, que constatava uma evolução significativa das medidas preventivas aplicadas, conclui-se que este resultado só é possível fruto de uma correta identificação das áreas de risco existentes na prática diária das Unidades Orgânicas, bem como das medidas preventivas destinadas a antecipar qualquer prática desconforme com a transparência e legalidade que deve pautar a atividade administrativa.

A falta de recursos humanos continua a ser determinante na execução de algumas das medidas preventivas, verificando-se, em alguns casos, que a admissão de novos trabalhadores já produziu efeitos positivos na dinamização das medidas assentes.

Concluímos este relatório intercalar de avaliação de 2026 do PPR da Câmara Municipal de Palmela com um sentido agradecimento a todos os dirigentes e responsáveis políticos pela sua disponibilidade e envolvimento na concretização do PPR, sem os quais seria difícil alcançar os resultados obtidos.

Palmela, 20 de outubro de 2026

